Capítulo 10

Grécia: o período Homérico

O período se chama Homérico porque seu estudo se baseia em duas obras atribuídas a Homero: a *Ilíada* e a *Odisséia.*

A *Ilíada* narra a tomada de Tróia pelos gregos. O autor concentra-se na figura do herói Aquiles, descrevendo sua cólera contra Agamenon, que lhe roubou a escrava Briseida. Inicialmente Aquiles nega-se a participar dos combates, mas a morte de seu amigo Patroclo o faz voltar atrás. Uma parte importante da *Ilíada* descreve o cavalo de madeira com o qual os gregos "presenteiam" os troianos para tomar sua cidade.

A maior parte da *Odisséia* descreve o retorno do guerreiro Ulisses ao Reino de Ítaca. Mas a obra ocupa-se de três temas fundamentais: a viagem de Telêmaco, as viagens de Ulisses e o massacre dos pretendentes de sua mulher, Penélope.

Apesar de atribuídas a Homero, *Ilíada* e *Odisséia* são diferentes no vocabulário e no estilo. Na *Ilíada* o autor não menciona o uso do ferro; na *Odisséia* há referências constantes ao metal. Provavelmente, as obras foram criadas com intervalo de cinqüenta anos entre uma e outra: a *Ilíada* no fim do século IX a.C.; a *Odisséia* em meados do século VIII a.C. A *Ilíada* seria talvez obra de um poeta jônio da costa da Ásia Menor. A *Odisséia* poderia ser de um poeta das ilhas. Além disso, as obras sofreram alterações dos *aedos*, poetas que transmitiam os poemas oralmente, através das gerações. A *Ilíada* e a *Odisséia* só ganharam forma escrita no século VI a.C., em Atenas, durante o governo do tirano Psistrato.

1. O sistema gentílico

A célula básica da sociedade grega após o século XII a.C. era o *genos*, uma grande família. Todos os descendentes de um mesmo antepassado viviam no mesmo lar. Cada membro (*gens*) dependia da unidade da família. Esse grupo tinha seu chefe, o *pater-familias*, que passava o poder ao filho mais velho; tinha seu culto aos antepassados; sua própria justiça, baseada no costume. A independência política apoiava-se na independência econômica. A economia consistia na administração da casa, conforme indica a própria origem da palavra: *oeconomia*, arte de administrar uma casa. A família era como que uma autarquia, isto é, uma organização fechada, auto-suficiente.

Terras, sementes, gado, instrumentos — a propriedade era coletiva: não podia ser vendida, transferida, dividida. Também o trabalho era coletivo. A família expulsava quem se recusasse a trabalhar. Por isso mesmo, todas as tarefas eram valorizadas e nenhuma considerada humilhante. A produção era distribuída igualitariamente, o que impedia a diferenciação econômica entre os membros do genos.

Se a família usava o trabalho de escravos ou artesãos, era por ser pouco numerosa ou por não ter habilidade para certas atividades.

A economia era quase toda agropastoril. Família com terra fértil era família rica. Tinha para seu sustento e armazenava produtos para tempos difíceis. Com o que sobrava, contratava artesãos, comprava escravos e mercadorias de valor, que formariam o tesouro do genos. Havia ainda os lucros das guerras, da pirataria, dos espólios e dos saques.

Coletivista economicamente e socialmente igualitário, o genos não deixava de apresentar diferenciações individuais, pois a posição da pessoa na família dependia de seu parentesco com o *pater-familias*. No plano político, o poder — patriarcal — se baseava no monopólio de fórmulas secretas, que permitiam ao chefe o contato com os deuses protetores da família.

2. O genos se desintegra

O regime de economia gentílica não podia durar. O genos começou a enfrentar dificuldades. Além de mão-de-obra suplementar, precisou buscar produtos que só podiam ser cultivados em certos tipos de solo.

A transformação devia-se a dois fatores: a) a produção não crescia no ritmo do crescimento da população, pois as técnicas eram rudimentares; caiu a renda familiar, provocando descontentamento; b) o genos passou a dividir-se em famílias menores, enfraquecendo-se; filhos mais novos e bastardos protestavam contra a vida difícil, e os aventureiros, contra o trabalho monótono; cada um trabalhava com menos estímulo e mais exi-

gência na divisão dos produtos. Desenvolveu-se o gosto por luxo e conforto. Fortaleceu-se assim o individualismo, que trouxe a necessidade de dividir a propriedade coletiva.

O chefe da comunidade repartia os bens, beneficiando os filhos mais próximos e prejudicando parentes mais afastados. Primeiro, dividiam-se os bens móveis: gado, escravos, metais, vasos, armas e vestuário. Viria então a casa; mas como não podia ser repartida, cada família passou a viver na sua. Por fim, repartiram o bem principal, a própria terra.

Em muitas famílias, os lotes foram divididos por sorteio e, mais tarde, em razão de herança, poderiam ser novamente divididos. Começava a luta, cada vez mais violenta, pela posse da terra. Marcos, fossos, sebes, paliçadas, primeiros sinais de separação, mostravam a substituição da propriedade coletiva pela propriedade privada.

Mas o novo regime ainda não era completo. Havia exceções: nas reservas coletivas, particulares só podiam possuir as terras mais férteis; em muitas propriedades, conservava-se o sistema de rodízio do lote entre os antigos membros do genos; em certas regiões, os lotes podiam ser divididos, mas não repassados para quem não tivesse pertencido ao antigo genos.

Conseqüências da desintegração

As conseqüências da desintegração do sistema gentílico foram complexas.

No *plano social*, aumentaram as diferenças. Havia grandes proprietários de terras férteis; pequenos proprietários de terras pouco férteis; e grande número de indivíduos que perderam a propriedade, inclusive descendentes de proprietários que, depois de muitas divisões por causa de heranças, ficaram com lotes insignificantes. Estes últimos formaram uma camada marginal, errante, que vivia de míseros salários por trabalhos agrícolas ou de esmolas.

Alguns desfavorecidos seguiram outras atividades profissionais, como os *demiurgos* (artesãos). Outros se lançaram à aventura da pirataria: foram os precursores do comércio marítimo. Poucos tiveram sucesso nesta última atividade; eles em geral se integraram com a aristocracia proprietária de terra através do casamento.

Os bens móveis, como acontece numa sociedade em que predomina a economia natural, concentravam-se nas mãos das famílias proprietárias de terras. Coexistiam grupos de tipo patriarcal, famílias pequenas e indivíduos isolados. A propriedade coletiva subsistia ao lado da privada e até da co-propriedade.

No *plano político*, a desintegração gerou a passagem do poder do *pater-familias* para os parentes mais próximos, os *eupátridas* (filhos do pai). Eles monopolizavam os equipamentos de guerra, a justiça, o poder religioso, todo o poder político enfim. Esta camada deu origem à aristocracia grega, cujo poder resultava da posse da riqueza fundamental: a terra.

3. O desenvolvimento urbano

Os aristocratas se uniram em *fratrias* (irmandades); as fratrias, em tribos. Da reunião de várias tribos e da aglutinação de seus vilarejos (fenômeno de *cinesismo*), surgiu a organização política típica da antiga Grécia: a *cidade-estado* (*polis*).

Para isso, foi fundamental o rompimento da unidade do genos. As cidades não tinham passado de associações políticas temporárias, até então. Com a *polis*, passaram a constituir a base da sociedade e seu elemento de união. Apresentavam características próprias: a *acrópole,* templo construído sobre uma elevação; a *ágora,* praça central; e o *asti*, mercado de trocas. Ocorria a passagem da economia gentílica para a urbana, ainda impregnada de elementos da economia familiar, mas já trazendo os sinais da futura economia internacional grega.

4. A colonização e seus fatores

Na metade do século VIII a.C., os gregos iniciaram uma expansão que se prolongaria por dois séculos, chamada Segunda Diáspora Grega. Os fenômenos sociais que transformaram o regime antes do final do século VIII a.C. agiriam com intensidade nos séculos seguintes.

O genos se desintegrou, a família menos numerosa predominou e acentuou-se o individualismo. Filhos mais novos ou desfavorecidos deixavam a pátria e iam buscar uma vida mais lucrativa. Do mesmo modo, os marginalizados do poder político na *polis* foram lutar por maior participação em outras *polis* fora da Grécia.

A guerra chegava a ser considerada um benefício, pois aliviava a pressão demográfica sobre a terra. Numerosos pequenos proprietários não conseguiam sustentar-se com o próprio trabalho. Muitos vendiam a terra ou a perdiam por causa de dívidas. Ao mesmo tempo, surgiam os latifúndios, formados pela reunião de lotes pequenos.

Os colonos estabelecidos em novas terras passaram a produzir gêneros que as *polis* não eram capazes de prover. E consumiam os produtos excedentes na Grécia, como vinho e azeite.

O progresso técnico também estimulou a busca do exterior: o uso da âncora, o aperfeiçoamento dos barcos e o *trirreme*, com capacidade para duzentos homens, criado em fins do século VIII a.C. Ao mesmo tempo, o declínio do poderio fenício na Ásia facilitava a travessia dos mares.

Áreas e mecanismos de colonização

Em direção ao Oriente, uma das primeiras áreas colonizadas foi a Trácia, nas costas da Macedônia e ao norte do Mar Egeu, região atraente pelos campos de cereais e vinhas, e pelas montanhas com florestas e minas de ouro e prata.

Abidos, no atual Estreito de Dardanelos, e Bizâncio (hoje Istambul) tornaram-se cidades mercantis. Foi uma grande aventura penetrar no Mar Negro, sem ilhas e açoitado por tempestades. Em sua costa logo surgiram Odessa, Tanais, Queroneso e outras colônias — palavra que significa *da casa,* ou seja, a colônia indicava que os membros de uma mesma cidade grega estavam ali estabelecidos, em terras estranhas. Do Negro, os gregos exportavam cereais, madeira, peixes, frutas.

Ao sul do Mediterrâneo, com o consentimento dos faraós, os gregos fundaram Naucratis, no delta do Nilo. A oeste do Egito, surgiu Cirene.

Em direção ao Ocidente, os gregos plantaram um colar de cidades na Itália, a partir de 750 a.C. Os núcleos mais importantes foram Sívaris, Crotona e Tarento, no Golfo de Tarento; Messina e Siracusa, na Sicília; Posidônia, Nápoles e Cumas, na costa do Mar Tirreno. Era a Magna Grécia. Mais a oeste, os gregos se estabeleceram no sul da Gália, onde fundaram Marselha, Nice, Antibes, Mônaco. A concorrência dos fenícios, firmemente plantados em Cartago, dificultou a colonização das costas espanholas.

Chegou um momento em que as cidades-estados passaram a organizar a colonização, inicialmente feita ao acaso. Elas não queriam perder seus filhos. Os colonos passaram a partir sob o comando do *oikiste*, acompanhado de sacerdotes e adivinhos. Escolhiam baías profundas ou penínsulas recortadas, para favorecer a navegação e a defesa. Desembarcavam, ofereciam um sacrifício; dividiam a terra em lotes, distribuídos entre os participantes da expedição. Mantinham laços mais culturais que políticos com a metrópole, relacionamento completado pelo intercâmbio econômico: forneciam gado e cereais e recebiam produtos manufaturados.

Quando as expedições encontravam nativos na região escolhida, os gregos empregavam a força ou a simples diplomacia, para se instalarem. A colonização grega teve um caráter marcadamente agrário, mas não impediu o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais. Agora, o mundo grego apresentava dimensões quase mediterrâneas.

Questões propostas

1. Quem escreveu a *Ilíada* e a *Odisséia*, obras fundamentais para o estudo do período Homérico?

2. De que tratam a *Ilíada* e a *Odisséia*?

3. Como funcionava o sistema gentílico?

4. Por que se desintegrou o genos e qual a conseqüência direta dessa desintegração?

5. O desaparecimento da grande unidade familiar ocasionou a formação de uma nova unidade política: qual? e quais os seus três elementos característicos?

6. Que fatores levaram à Segunda Diáspora Grega?

7. Para onde partiram os colonos gregos? Cite as principais colônias que fundaram.

8. Como passaram a ser as expedições colonizadoras depois que as cidades-estados começaram a organizá-las?